



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG  
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

## RELATÓRIO

### Seminário “Orgulho das pessoas com deficiência”

**Data:** 30/07/2024

**Horário e local:** 18h30, Plenário Helvécio Arantes

**Requerente:** Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor - Requerimento de Comissão nº 1.585/24.

**Objetivo:** debater a importância de ações que garantam o avanço da luta das Pessoas com Deficiência.

**Suporte técnico:** Divisão de Consultoria Legislativa.

**Vereadoras e vereadores presentes:** Cida Falabella e Iza Lourença.

**Demais presentes:**

Pedro Avelar - CEO da Criatípica, fundador e organizador da Parada do Orgulho PcD;

Marcelo Zig - Filósofo, palestrante e consultor em capacitismo. Fundador do Coletivo de Pessoas Pretas com Deficiência - Quilombo PcD. Diretor de Comunicação da Consultoria em Empregabilidade da Pessoa com Deficiência Inklua.

Julia Piccolomini - Palestrante de diversidade e inclusão. Realizadora da Parada do Orgulho PcD.

Luiz Henrique Vilani - Diretor de Políticas para as Pessoas com Deficiência, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (PBH);

Alvanir Melo - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte CMDPD/BH;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

### RELATÓRIO

André Silvério Diniz Azevedo - Estudante da UFMG, diretor do DCE e representante do Movimento Universitário de Inclusão – MUDI;

Brisa Marques - Jornalista e multiartista. Pesquisadora da cultura PcD. Analista cultural regional na Funarte-MG;

Isabela Xavier - Representando o escritor, cenógrafo, artista plástico e carnavalesco Marcelo Xavier e o bloco Todo Mundo Cabe no Mundo;

Arnaldo Godoy - Ex-vereador de Belo Horizonte.

O seminário foi iniciado às 19h20 com as falas das vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella, autoras do requerimento que deu origem ao evento, que presidiram os trabalhos.

A **vereadora Iza Lourença** destacou os limites da acessibilidade na Câmara Municipal de Belo Horizonte e afirmou que um dos objetivos do seminário seria apresentar demandas das pessoas com deficiência. Disse que os direitos das pessoas com deficiência têm que ser debatidos de forma plena e intersetorial, em uma perspectiva anticapitalista. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, realizada em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre as pessoas que recebem renda de trabalho, a remuneração das pessoas sem deficiência é consideravelmente maior do que a das pessoas com deficiência. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, o rendimento médio mensal era de R\$ 3.160,00 para pessoas sem deficiência, e de R\$ 2.314,00 entre as pessoas com deficiência<sup>1</sup>.

A vereadora destacou a necessidade de se fortalecer políticas de emprego e renda para as famílias das pessoas com deficiência, compreendendo o impacto sobre as mães, por exemplo, que muitas vezes deixam de trabalhar

---

<sup>1</sup> Conforme dados sistematizados pela Nota Técnica nº 35/2024, elaborada pela Consultoria Legislativa da CMBH. Disponível no [Portal da CMBH](#). Acesso: 12/08/2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

### RELATÓRIO

fora para cuidar de um membro da família com deficiência. Trata-se de um trabalho de cuidado não reconhecido e que não recebe o devido apoio de políticas públicas, comprometendo a renda das famílias.

Iza Lourença também destacou a falta de acessibilidade na infraestrutura urbana, com a priorização da circulação de automóveis em detrimento da circulação, com acessibilidade, das pessoas. Enfatizou a importância de se mudar a lógica das cidades, para que os direitos mínimos das pessoas com deficiência sejam garantidos. Chamou atenção para a necessidade de produção de dados sobre a realidade das pessoas com deficiência no município.

A **vereadora Cida Falabella** afirmou que ao se falar em orgulho das pessoas com deficiência, destaca-se que essas pessoas possuem qualidades, talentos e potencialidades, e não devem ser estigmatizadas a partir de supostas condições de falta. A perspectiva da “falta” reproduz um olhar capacitista, sendo importante ressaltar que o que de fato falta são políticas públicas de inclusão, garantia de direitos acessibilidade.

As cidades não são preparadas para as pessoas PcD e nem para outros grupos minorizados, como crianças e idosos. A cidade é voltada para a produção e há pouco espaço para se usufruir a cidade com outros propósitos.

A vereadora reforçou também a necessidade de se produzir dados em nível municipal, para a elaboração e implementação de políticas públicas adequadas.

Para ela, as demandas das pessoas com deficiência também demonstram a necessidade de se implementar uma política de cuidados, com apoio e reconhecimento do trabalho das pessoas que cuidam de suas famílias e de outras pessoas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG  
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

## RELATÓRIO

Após as falas de abertura, os idealizadores e organizadores da Parada do Orgulho PcD em Belo Horizonte foram convidados a falar sobre o evento.

A primeira parte da mesa foi iniciada com a fala de **Pedro Avelar**, que é neurodivergente e um dos realizadores da Parada. Ele destacou os desafios ligados à obtenção de diagnósticos de condições neurodivergentes, como o autismo, o TDAH – que não possui reconhecimento como deficiência – e as altas habilidades.

Lembrou que existem deficiências visíveis e invisíveis. Muitas vezes, as deficiências ocultas são negligenciadas por falta de conhecimento. Enfatizou que a reivindicação por reconhecimento e inclusão das deficiências deve estar ligada à luta antimanicomial. Segundo ele, a discriminação das pessoas neurodivergentes está diretamente relacionada a práticas históricas de segregação e de exclusão, como nas internações psiquiátricas do do Hospital Colônia de Barbacena, onde mais de 60 mil pessoas foram mortas, no que ficou conhecido como o “Holocausto brasileiro”.

Falou sobre a idealização da Parada do Orgulho PcD como forma de afirmação e de integração da comunidade das pessoas com deficiência, ressaltando a sua diversidade. O movimento procura fomentar a união e o fortalecimento da comunidade, afastando a noção de competição entre as deficiências. A Parada resulta de um entendimento de que mais do que falar sobre o orgulho das pessoas com deficiência, era preciso demonstrá-lo.

Ressaltou que o impedimento de longo prazo vivido pelas pessoas com deficiência não está ligado apenas à condição do indivíduo, mas principalmente à falta de acessibilidade e ao fato de que os espaços não são pensados para todas as pessoas. Destacou que a acessibilidade não se restringe às pessoas com deficiência, mas a todos, e que muitos espaços tampouco são acessíveis a crianças e idosos, por exemplo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

### RELATÓRIO

Pedro destacou que a Parada do Orgulho PcD já ocorreu em São Paulo, Salvador, Recife, Brasília e Belo Horizonte e que o movimento pretende realizá-la todos os anos.

**Júlia Piccolomini** lembrou que o tema do capacitismo<sup>2</sup> tem sido discutido desde os anos 1980. Contestou a visão de que as pessoas com deficiência não são capazes e de que precisariam de caridade e “esmola”. Segundo ela, essa é uma visão diretamente ligada à concepção capitalista de que o valor das pessoas está relacionado à sua produtividade.

O movimento que levou à criação da Parada do Orgulho PcD busca promover a conscientização e a garantia de direitos, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Ressaltou que a sociedade foi desenvolvida excluindo as pessoas com deficiência, como no uso de degraus e de semáforos sem sinais sensoriais. Destacou que o capacitismo é estrutural – degraus que barram as pessoas em cadeiras de rodas transmitem a ideia de que o lugar das pessoas com deficiência é a rua.

Afirmou que a deficiência não define a pessoa e que o nosso marco jurídico já garante os direitos humanos, a inclusão e a justiça social. Assim, o papel dos movimentos é lutar pela efetivação desses direitos e garantir a inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas: na saúde, na educação e no trabalho, por exemplo.

Ela lembrou que as pessoas com deficiência possuem um índice maior de analfabetismo e menor acesso a saneamento básico, o que demonstra que as desigualdades persistem. Entre as pessoas com deficiência com educação

<sup>2</sup> O capacitismo pode ser definido como “qualquer tipo de discriminação contra uma pessoa em função da deficiência”. Fonte: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/Guia\\_Capacitismo\\_03\\_11\\_23.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/Guia_Capacitismo_03_11_23.pdf). Acesso: 12/08/2024.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG**  
**DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

## RELATÓRIO

superior, apenas 40% se encontra empregada, enquanto esse índice chega a 80% para as pessoas sem deficiência. Júlia destacou que faltam espaço e oportunidades às pessoas com deficiência.

**Marcelo Zig** destacou que as dificuldades de acessibilidade encontradas pelo público do seminário na Câmara de Belo Horizonte demonstram que o espaço, que deveria ser a “casa do povo”, não é efetivamente do povo.

Destacou a importância da elaboração do Censo Inclusão, para subsidiar políticas públicas que garantam a cidadania das pessoas com deficiência. A falta de dados prejudica a produção e implementação de políticas públicas para toda a diversidade da humanidade.

Afirmou que um dos motes da Parada do Orgulho PcD é a ocupação dos espaços, para que todos se tornem “oásis”, além de oferecer oportunidade para que as pessoas se reagrupem e se reconheçam. Além disso, é fundamental que o evento possa se expandir em falas, posicionamentos e debates posteriores.

Lembrou que há um projeto de lei tramitando na Câmara dos Deputados que propõe a esterilização compulsória de pessoas com deficiência<sup>3</sup>. Nesse sentido, reforça o mote da comunidade (“nada sobre nós sem nós”) para que os direitos fundamentais das pessoas com deficiência sejam assegurados e propostas violadoras, como essa, não sejam efetivadas.

---

<sup>3</sup> Trata-se do Projeto de Lei nº 5.679/2023, que “altera o § 6º do art 10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para prever que a esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes ou com deficiência mental ou intelectual que não possam exprimir sua vontade, somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, com oitiva obrigatória do Ministério Público e terá prioridade de realização dentro dos procedimentos de esterilização cirúrgica eletiva”. A proposta altera o texto anterior, suprimindo o condicionamento da prática à existência de lei regulamentar. Na prática, passa a permitir a esterilização nos casos mencionados. Tramitação do PL disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2406306>. Acesso: 12/08/2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

### RELATÓRIO

Defendeu que a inclusão deve ser da pessoa sem deficiência na vida das pessoas com deficiência, para que conheça sua realidade e entenda as barreiras que enfrentam. A presença de pessoas com deficiência, mesmo em espaços não acessíveis, pode ajudar na sensibilização das pessoas sem deficiência, fazendo com que compreendam essas dificuldades e revisitem a sua posição capacitista.

Lembrou ainda que a maior parte das pessoas com deficiência são pessoas negras, assim como a maior parte das pessoas que foram internadas no Hospital Colônia em Barbacena. Além disso, as dificuldades na obtenção de diagnósticos são maiores para a população negra.

Após as falas dos organizadores da primeira Parada do Orgulho PcD de Belo Horizonte, as veradoras Iza Lourença e Cida Falabella entregaram a eles uma Moção de Aplausos, aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor da CMBH, por meio do Requerimento de Comissão nº 1.586/2024.

No segundo momento da mesa, os participantes foram convidados a falar sobre políticas públicas para as pessoas com deficiência.

**Luís Vilani**, Diretor de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência da Prefeitura de Belo Horizonte, reafirmou que os direitos das pessoas com deficiência já existem e estão assegurados por lei. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, das Nações Unidas, foi inteiramente regulamentada em legislação no Brasil, com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei Federal nº 13.146/2015). Assim, a luta das pessoas com deficiência deve ter como foco a cobrança desses direitos. Em sua visão, a Parada do Orgulho PcD é uma iniciativa nesse sentido. Entende que a iniciativa desperta um sentimento de renovação e reagrupa o movimento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG**  
**DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

## RELATÓRIO

Afirmou que a Prefeitura de Belo Horizonte está estruturando uma política com base em dados, para conhecer a realidade da população com deficiência de Belo Horizonte. É importante saber onde estão, quais são as dificuldades enfrentadas pelas pessoas para acessar os seus direitos, o número de pessoas com deficiência negras, entre outras informações. O Censo Inclusão, portanto, é fundamental não simplesmente para contar essa população, mas para conhecer o seu perfil e as suas necessidades.

Embora muitas políticas voltadas para as pessoas com deficiência existam no município, muitos têm dificuldade em acessá-las. Existem pessoas, por exemplo, que não sabem que têm acesso ao Passe Livre em Belo Horizonte. Luís destacou que as dificuldades no acesso às políticas geralmente são maiores entre as pessoas que mais precisam delas.

Afirmou ser necessário descentralizar as políticas, deixando-as mais próximas aos territórios do município e às regiões mais vulnerabilizadas.

Disse que a PBH reconhece a necessidade de apoiar a Parada do Orgulho PcD para que o evento cresça e tenha um alcance maior.

Luís destacou, ainda, que a pauta das pessoas com deficiência é transversal a todas as políticas sociais e urbanas, sendo importante, também, pensá-la de maneira interseccional.

Disse que, no momento, os setores administrativos e financeiros da PBH estão trabalhando na publicação do edital para a contratação do instituto de pesquisa que será responsável pela realização do Censo Inclusão.

**Alvanir Melo** destacou que é a primeira presidente surda do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte – CMDPD-BH. Afirmou que as questões de acessibilidade do município precisam melhorar





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

### RELATÓRIO

e que a Câmara de Vereadores deve atuar em parceria com o conselho na elaboração de leis que promovam a acessibilidade.

Destacou que há um problema na CMBH com os intérpretes de Libras, afirmando que nem todos os profissionais do órgão têm a competência necessária para o trabalho. Além disso, afirmou que a falta de intérpretes na entrada da Câmara dificulta o acesso das pessoas com deficiência auditiva na casa, problema presente em outros equipamentos e espaços públicos, como os hospitais.

Destacou a importância da audiodescrição no momento de falas públicas e da audiodescrição do ambiente e das pessoas para pessoas deficientes visuais. Disse que o Conselho tem que ser convidado para auxiliar na implementação de medidas nesse sentido dentro da CMBH. Afirmou que a Lei Brasileira de Inclusão não trata sobre todas as necessidades das pessoas com deficiência, sendo necessário ampliar o seu escopo no nível municipal.

**André Silvério Diniz Azevedo** faz parte do Movimento Universitário de Inclusão – MUVI, coletivo de estudantes universitários PcDs. Falou sobre a dificuldade na obtenção de diagnósticos e laudos que indiquem condições neurodivergentes. Os diagnósticos demandam estudos longos, em consultas não cobertas pelos planos de saúde ou pelo Sistema Único de Saúde. Além disso, o valor para avaliação do diagnóstico pela rede particular é muito alto.

Afirmou que o local de realização da Parada do Orgulho PcD em Belo Horizonte é elitizado, mas que outros lugares da cidade não seriam acessíveis, já que a cidade não foi projetada para ser acessível. Lembrou que o transporte público da cidade também dificulta que as pessoas com deficiência cheguem aos lugares acessíveis.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

### RELATÓRIO

Em relação à universidade, destacou a importância da implementação da política de cotas, mas a falta de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes PcDs.

**Brisa Marques**, artista e pesquisadora da cultura PcD, falou sobre a importância de se reconhecer como pessoa com deficiência. Disse ser necessário que as pessoas com deficiência ocupem espaços, não apenas como público, plateia e consultoria, mas também nos lugares de poder e de tomada de decisões. As pessoas com deficiência devem estar em lugares de elaboração de políticas públicas.

Chamou atenção para o conceito de “cultura do acesso”, para além da acessibilidade e da inclusão, tendo em vista que a cultura se refere a um modo de existir, de estar no mundo e de se produzir conhecimento. Assim, é necessário construir uma cultura do acesso, comum a todos, que tenha veja o anticapacitismo como parte da luta anticapitalista e, portanto, comum a todos que defendem os direitos humanos e a democracia. Destacou a importância de se superar uma perspectiva assistencialista e médica sobre a deficiência.

Brisa afirmou que uma perspectiva que destaca as multissensorialidades pode conduzir a formas originais de conhecimento e de fruição dos espaços, contemplando, por exemplo, pessoas que veem, andam e ouvem de maneiras diferentes.

Citou artistas que são referência para sua pesquisa, além de teóricos como a antropóloga Anahí Guedes e o pesquisador Marco Antônio Galvério, que desenvolveram uma “Contracartilha de acessibilidade”<sup>4</sup>. Citou, ainda, como referências, o Plano de Acessibilidade Cultural do Ceará e o projeto desenvolvido pelo professor Eduardo Oliveira (Edu O.), em parceria com o Ministério da

<sup>4</sup> Disponível em: [https://ichf.uff.br/wp-content/uploads/sites/121/2023/10/Contracartilha-de-acessibilidade\\_-reconfigurando-o-corpo-e-a-sociedade.pdf](https://ichf.uff.br/wp-content/uploads/sites/121/2023/10/Contracartilha-de-acessibilidade_-reconfigurando-o-corpo-e-a-sociedade.pdf). Acesso: 12/08/2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

### RELATÓRIO

Cultura, chamado “Mapeamento Acessa Mais”<sup>5</sup>, que busca identificar artistas com deficiência em todo o Brasil.

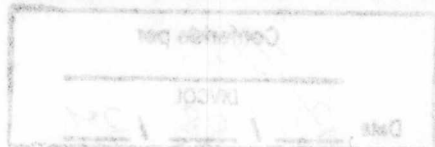
**Isabela Xavier**, representando Marcelo Xavier, seu pai, fundador do bloco de carnaval “Todo mundo cabe no mundo”, falou sobre a idealização do projeto. A iniciativa partiu da ideia “Preconceito Zero”, criada em 2012. O seu pai, deficiente físico, que se movimenta em cadeira de rodas, artista plástico e escritor, concebeu com amigos o projeto Preconceito Zero que, em 4 anos, deu origem ao Bloco Todo Mundo Cabe no Mundo.

Falou sobre a importância de se ocupar a cidade, lembrando que o bloco nasceu pequeno e, neste ano, contou com a presença de mais de 15 mil pessoas.

**Arnaldo Godoy**, ex-vereador de Belo Horizonte, lembrou que as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência existem há bastante tempo e precisam continuar avançando. Nesse sentido, é fundamental que as pessoas participem de sua concepção, participem da vida política, das casas legislativas e dos partidos políticos.

Após o encerramento das falas na mesa, mais de 60 pessoas foram homenageadas pelas vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella, com a entrega de certificados.

O seminário foi encerrado às 21h20.



<sup>5</sup> Outras informações sobre o projeto podem ser encontradas em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/minc-e-ufba-lancam-projeto-de-mapeamento-de-artistas-e-agentes-culturais-com-deficiencia>. Acesso: 12/08/2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG  
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

## RELATÓRIO

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARINA ABREU TORRES  
Data: 12/08/2024 18:18:57-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Marina Abreu Torres  
Consultora Legislativo  
CM 663

